

A cooperação militar em África

Após a descolonização demorou algum tempo até que alguns países africanos aceitassem iniciar relações de cooperação com países ocidentais, alguns antigos colonizadores. Entretanto, a Guerra Fria foi o cenário ideal para que a Rússia, a China e Cuba entrassem no continente. A cooperação militar destes países pretendia, inicialmente, apoiar as pretensões de alguns dos Estados envolvidos em conflitos internos ou externos. Do lado ocidental, a França foi o primeiro país a desenvolver relações de cooperação militar em África, seguindo-se os EUA, com o objectivo de diminuir a crescente influência soviética no continente. Portugal só mais tarde, em 1990, materializou a sua acção de cooperação militar com as suas anteriores colónias africanas.

Neste artigo caracteriza-se a cooperação militar desenvolvida no continente africano nas últimas décadas, dando-se natural destaque ao modelo francês, o mais antigo do mundo ocidental, o americano, pela sua dimensão e, naturalmente, o português. Outros modelos são abordados de forma simplificada.

O modelo francês

A França foi, durante anos, a única potência ocidental a desenvolver relações de cooperação militar em África. A maior parte dos acordos de cooperação foram estabelecidos, durante os anos 60, à medida que os países colonizados conseguiam a sua independência. Inicialmente, a sua Cooperação bilateral Técnico-militar (CTM) baseava-se num modelo de substituição, através do qual os militares franceses assumiam directamente as responsabilidades inerentes à função. Os acontecimentos no Ruanda, nos anos 90, o apoio da França ao processo de democratização do então Zaire, associados à reorganização das forças armadas e à redefinição da política externa e de cooperação francesas (97/98) provocaram grandes alterações no modelo, que passou a ser de assessoria de projectos, semelhante ao actual modelo português. Estes acontecimentos abriram também as portas à cooperação francesa com países não francófonos, assim como alguns do Magreb e verificou-se uma maior aproximação aos projectos desenvolvidos

pelo Reino Unido e pelos EUA no continente visando harmonizar os projectos destes países no apoio à construção de capacidades militares africanas para emprego em Operações de Apoio à Paz (OAP).

A actual doutrina, adoptada em 1998, baseia-se na promoção de modelos de cooperação multilaterais; na redução da presença militar francesa em África; na multilateralização da aproximação francesa às questões de insegurança no continente e no apoio aos Estados africanos ao desenvolvimento de capacidades próprias para resolverem situações de crise e de conflito no continente. O programa cíclico *Renforcement des Capacités Africaines de Maintien de la Paix* (ReCAMP), instituído em 97, materializa esta estratégia e, juntamente com a criação de um conjunto de escolas militares nacionais de vocação regional (ENVR) destinadas à instrução e treino de militares, espalhadas pelos países africanos aderentes ao programa, constituem a espinha dorsal da actual cooperação militar francesa. O ReCAMP assenta no princípio da abertura a todos os países africanos; na transparência das contribuições dos participantes e no princípio da criação de capacidades apenas para fins de OAP. Organiza-se distinguindo os países ou organizações doadoras e os países contribuidores africanos potencialmente participantes em OAP. É constituído por três vectores: a formação de quadros e treino de forças militares; a realização periódica de exercícios de OAP e o pré-posicionamento, e posterior fornecimento, do equipamento necessário ao levantamento de unidades para emprego em OAP. Cada ciclo do programa tem a duração de dois anos e é composto por quatro fases co-organizadas por um país africano anfitrião e pela França. O ReCAMP desenvolve-se actualmente em 40 países de

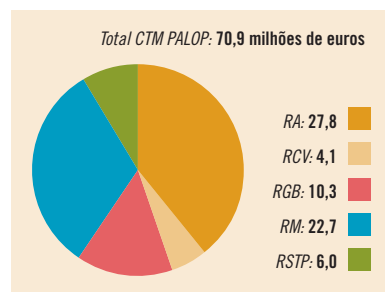
África e encontra-se integrado na Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). Apesar da substancial alteração do modelo de cooperação francês e consequente redução de efectivos no continente, o país continua a manter-se activo na prevenção e resolução de conflitos em África e parecer aumentado a eficiência global do seu sistema de cooperação militar.

O modelo dos EUA

Antes de 1996, a cooperação militar norte-americana era feita de forma esporádica e aleatória. Por outro lado a actuação dos EUA, ou falta dela, nas crises da Somália e do Ruanda revelou-se um factor de descrédito da utilização das suas forças militares no continente. Os factos expostos, dos quais também não é de excluir o interesse crescente dos EUA, no continente, pela defesa dos seus recursos, principalmente os energéticos, a luta contra o terrorismo e a crescente influência da China e da Rússia na região, potenciaram o desenvolvimento da cooperação norte-americana, tendo o modelo adoptado sido o da criação de programas de instrução, treino e fornecimento de material a forças militares africanas. Deste modo, foram criados vários projectos de cooperação militar cuja principal finalidade foi a de capacitar as forças armadas dos países de África para participarem em operações de resposta a crises e/ou humanitárias e diminuir o emprego directo de forças dos EUA no continente. O primeiro destes programas foi o *African Crisis Response Initiative* (ACRI), desenvolvido entre 1997 e 2001, destinado a países da África subsariana. O programa garantiu o treino a cerca de 8600 militares de oito países. Contudo, após os atentados de 2001 nos EUA, o país redefiniu e incrementou a sua assistência militar

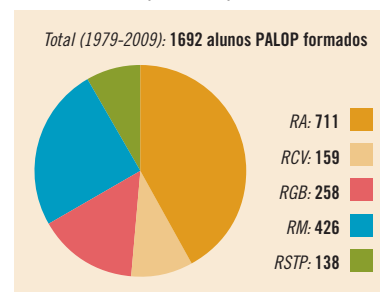
no continente. O programa *Operation Focus Relief* (OFR) é um exemplo do referido, tendo mudado a estratégia americana no continente ao prever o treino para emprego de forças em cenários de guerra e o fornecimento do respectivo equipamento. Sucedeu-lhe o programa *African Contingency Operations Training and Assistance* (ACOTA), com início em 2002 e fim previsto para 2010. Embora o seu principal objectivo seja o de apoiar a UA na formação das *African Standby Force Brigades*, visa também apoiar a construção de uma capacidade africana sustentável para treino de forças destinadas a OAP; a construção de um sistema eficaz de comando e controlo dessas forças e a promoção de uma uniformização de procedimentos e materiais que permita uma maior interoperabilidade entre forças de países diferentes. O ACOTA integra um pacote de módulos de treino, aprovados pela ONU, destinados a diversas situações, incluindo missões com elevada possibilidade de combate, seleccionados de acordo com as necessidades e capacidades dos países cooperantes. Cada um destes programas desenvolve-se num período de 18 meses em 3 fases distintas: a primeira sob responsabilidade total de militares norte-americanos; a segunda, conduzida por militares norte-americanos e da nação hospedeira e a terceira conduzida apenas por militares do país receptor com orientação de militares dos EUA. Actualmente, o programa conta com 21 parceiros africanos, entre os quais a África do Sul, e treina anualmente cerca de 45.000 soldados e 3.200 instrutores, os quais já participaram em várias OAP no continente. Paralelamente, outros programas de treino foram criados, sendo de relevar o *Enhanced International Peacekeeping Capabilities* (1998 a 2004) e o *Africa Regional Peacekeeping Program* (2001), ambos visando aumentar o número de militares africanos disponíveis para participarem em OAP; o *Pan-Sahel Initiative* (2002) e o *Trans-Sahara Counter Terrorism Initiative* (2004 a 2009), orientados para a luta contra o terrorismo e o *International Military Educational and Training Program*, orientado para a formação de militares africanos nos EUA, no qual já participaram mais de 46 países além

ENCARGOS FINANCEIROS MDN/CTM, 1991 A 2009 (em milhões de euros/PALOP)



Fonte: DGPDN

FORMAÇÃO DE ALUNOS PALOP EM PORTUGAL (total/PALOP)



Fonte: DGPDN

da UA e outras organizações sub-regionais. Em 2004, os EUA estruturaram a sua cooperação militar no continente através do programa *Global Peace Operations Initiative* (GPOI) que deverá proporcionar formação no âmbito das OAP, até 2010, a cerca de 75.000 militares estrangeiros, com prioridade para África. O GPOI tem como objectivos principais: apoiar o plano de acção internacional para incrementar a capacidade global africana para realização de OAP; criar e manter um sistema de transporte de militares e respectivo apoio logístico para o teatro de operações; garantir o equipamento dos militares empregues em OAP; apoiar a Itália na criação do Centro de Formação de Polícia e apoiar os países cooperantes na garantia da manutenção das capacidades adquiridas durante a execução do programa. É desenvolvido em coordenação com outros programas estrangeiros, considerando-se a possibilidade do seu prolongamento para além de 2010. Ainda de realçar é a criação do *African Center for Strategic Studies*, em 1999, e do Comando para África (AFRICOM) que se tem revelado fundamental para a estratégia norte-americana, permitindo apoiar e otimizar o seu esforço de cooperação no continente.

Em conclusão, a cooperação militar dos EUA em África tem vindo, de forma gradual, a ganhar uma estrutura mais coerente, dada pelo seu crescimento e pela inclusão de objectivos melhor definidos e mais facilmente avaliados. Esta realidade, demonstrativa da importância crescente que os EUA têm vindo a dar ao continente, é bem vinculada pela criação do AFRICOM.

O modelo de outros países

Comparados com os modelos francês e dos EUA, os modelos de cooperação militar desenvolvidos por outros países são relativamente modestos. É o caso do modelo do Reino Unido, cujo principal objectivo é o de formar instrutores, sendo a maior componente da cooperação desenvolvida pelos chamados *British Military Advisory and Training Teams*, destacados para preparar e dar formação às forças armadas dos países anglófonos. Este modelo funciona desde 1970 e não é exclusivamente focado em mis-

O MODELO PORTUGUÊS

Inicialmente, a cooperação portuguesa processava-se de forma “avulsa”, reduzindo-se à oferta de formação militar em Portugal. Os primeiros acordos de cooperação militar foram assinados em 1988, após os quais se seguiu a assinatura dos respectivos Programas-Quadro (PQ) de CTM. O PQ é negociado e aprovado bilateralmente e constitui-se como o plano director das acções e do investimento da cooperação militar portuguesa. Integra um conjunto de projectos cuja execução materializa o modelo de CTM nacional. Para cada projecto é nomeado um Director Técnico português e outro do país beneficiário, responsáveis pelo cumprimento dos objectivos definidos. Cada projecto é constituído por uma equipa de militares, variável de acordo com as suas necessidades (por norma, um a seis) podendo esta ser, ou não, residente no país beneficiário (normalmente nomeada por períodos de meio a um ano). As equipas podem ser reforçadas por assessores temporários que se deslocam ao país cooperante quando necessário. Angola é o país com maior fatia do orçamento da CTM portuguesa (ver gráfico), estando em vigência o PQ 2007-2010, constituído por doze projectos com trinta e cinco militares residentes, em média. No total da CTM, estão destacados, em África cerca de uma centena de militares das Forças Armadas.

A cooperação militar inclui também um programa de formação de pessoal, no país, que visa a capacitação técnica dos militares dos PALOP de acordo com as necessidades dos projectos inscritos nos PQ.

Os objectivos da cooperação portuguesa assentam na afirmação estratégica do país, na contribuição para o estreitamento da cooperação no mundo lusófono e na contribuição para a segurança e estabilidade interna dos PALOP, concretamente, promovendo a capacitação das suas Forças Armadas e o seu desenvolvimento cultural e económico e contribuindo para o esforço internacional de dotar os africanos de capacidades que lhes permitam intervir na gestão de crises no continente. Este ponto é reforçado pela criação, em 2005, do Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA), actualmente em fase de «adopção» pela UE, o qual prevê a multilateralização da CTM portuguesa, centrando-se na capacitação institucional no âmbito da segurança e defesa dos países africanos; na formação de militares desses países; na cooperação multilateral com organizações africanas e na mobilização da agenda africana nas OI em que Portugal participa.

sões de OAP, incluindo outros módulos de treino específico projectados de acordo com as necessidades dos países cooperantes. O Reino Unido também tem contribuído para o financiamento e equipamento de forças militares envolvidas em OAP. Desde 2000, aprofundou o seu modelo de cooperação militar através do projecto *Conflict Prevention Pool* (CPP), que procura potenciar a articulação dos seus diversos órgãos e ministérios envolvidos na cooperação militar. O país estabeleceu também uma rede de conselheiros militares baseados em África. A Itália criou o centro de excelência para a formação de forças policiais em Veneza (CoESPU) e novos cursos de formação ministrados pela Escola da ONU em Turim. No modelo da UE, os Estados membros assumem um papel de destaque, dada a sua experiência no terreno. Actualmente, a UE aparece também associada à componente multilateral não apenas entre Estados, como também com outras organizações. A Rússia, desenvolveu um modelo de cooperação militar que pretendeu apoiar o desenvolvimento das forças armadas de pa-

íses africanos, não apenas com treino de instrutores e forças, mas também pelo fornecimento de equipamento e armamento. O seu modelo de cooperação militar, inicialmente movido por questões ideológicas, tem actualmente por detrás a pesada máquina do comércio de armamento e equipamento (é o segundo maior exportador, atrás dos EUA, para o continente). O governo russo desenvolveu uma série de acordos bilaterais de CTM com Estados africanos, que envolvem a nomeação de assessores militares colocados estrategicamente junto dos órgãos de poder governamentais.

A China só durante os anos 60 e 70 começou a desenvolver laços de cooperação com os países africanos, principalmente com movimentos revolucionários e independentistas. Actualmente tem diversos interesses em África, tendo desenvolvido uma estratégia para o continente baseada na defesa dos seus interesses económicos (recursos e comércio) e políticos. Neste contexto as forças armadas chinesas assumem um importante papel que não se limita à CTM mas, também, à capacitação de forças armadas através de treino e

fornecimento de equipamento e armamento, além do apoio à formação no âmbito das OAP e missões humanitárias. As relações militares chinesas são actualmente desenvolvidas com 25 dos 48 países africanos com quem mantém relações diplomáticas. A cooperação militar, exclusivamente bilateral, compreende a troca de experiências; consultas bilaterais sobre assuntos relacionados com a segurança; exercícios combinados e participação em OAP. A sua presença militar no continente tem-se mostrado modesta, comparativamente à dos EUA. Contudo, verifica-se um incremento na acção desenvolvida pela sua componente diplomática, principalmente pela rede de adidos de defesa, após o surgimento do AFRICOM. Actualmente, o país é um dos principais fornecedores de armas em África, logo a seguir à Rússia.

Conclusões

A cooperação militar tem assumido um papel importante na capacitação das forças armadas de países africanos. Simultaneamente, tem procurado aumentar as suas capacidades de intervenção em situações de crise e de conflito para que sejam estes os primeiros a intervir no continente e assim diminuir a necessidade de intervenção de forças militares estrangeiras. Os modelos adoptados pelos países envolvidos têm evoluído de bilaterais para multilaterais, promovendo a concentração de esforços e diminuição de custos. Relativamente a Portugal, a CTM tem-se desenvolvido continuamente há quase duas décadas, potenciando, a baixo custo, a defesa dos interesses nacionais no continente e nos diversos *fora* onde o país está envolvido, além de contribuir para o esforço internacional do apoio ao desenvolvimento do continente. ■

Principais fontes utilizadas

- Departamento de Defesa dos EUA (<http://www.defenselink.mil/>)
- Institute for Security Studies (Pretória) (<http://www.iss.co.za/>)
- Military Review (<http://www.stimson.org/home.cfm>)
- Ministério da Defesa francês (http://www.defense.gouv.fr/defense_uk)
- Ministério da Defesa Nacional (DGPND) (<http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/>)
- Revista militar (<http://www.revistamilitar.pt/>)
- The Henry L. Stimson Center (Washington) (<http://www.stimson.org/home.cfm>)
- União Europeia (http://europa.eu/index_pt.htm)